



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência**

---

Publicada no D.J n. 002, de 24/01/89, página 01.

**RESOLUÇÃO Nº 001/1989-PR**

Revoga a Resolução 001/1987- PR

Revogada pela Resolução 001/1995- PR

Atualiza a regulamentação de concessão de diárias e sua comprovação, fixa novos valores e revoga a resolução nº 001/87, de 13 de fevereiro de 1987.

~~O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Desembargador ALDO ALBERTO CASTANHEIRA SILVA no uso de suas atribuições legais,~~

**~~R E S O L V E:~~**

~~Art. 1º O Magistrado ou servidor que se deslocar eventualmente e em objeto de serviço, da localidade onde esteja lotado para outra, fará jus a percepção de diárias e passagens de acordo com esta Resolução.~~

~~Art. 2º As diárias serão concedidos por dia de afastamento da sede de serviço, destinando-se a indenizar o Magistrado ou servidor das despesas extraordinárias com alimentação e pousada e, em casos especiais, às de natureza correlata.~~

~~Art. 3º Os valores das diárias corresponderão aos fixados no ANEXO I da presente Resolução.~~

~~Art. 4º Quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede, o beneficiário fará jus à metade do valor da diária.~~

~~Art. 5º No caso de deslocamento por período inferior a 06 (seis) horas, não terá direito a diária.~~

~~Art. 6º Nos casos em que o Magistrado e/ou servidor se afastar da sede de serviço na qualidade de Assessor, do Presidente, Vice-Presidente ou Corregedor-Geral, fará jus à diária no valor atribuída à autoridade acompanhada.~~

~~Art. 7º Dependerá de autorização prévia o deslocamento de Magistrado ou servidor, e o pedido deverá ser feito através de justificativa circunstanciada, a fim de que a autoridade possa verificar a conveniência.~~

~~Art. 8º Os deslocamentos far-se-ão sempre que possível, através de via rodoviária ou fluvial, admitida de outro meio de transporte.~~



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia**  
**Gabinete da Presidência**

---

**Art. 9º** As diárias deverão ser requeridas e pagas antecipadamente, mediante concessão pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

**Art. 10.** O ato de concessão deverá conter o nome do benefício, o respectivo cargo, emprego ou função, a descrição sintética do serviço a ser executado, a duração provável do afastamento e a quantidade de diárias concedidas.

**Art. 11.** Os eventuais casos de prorrogação do prazo de afastamento, obedecerão à idêntica autorização para que o servidor possa fazer jus às diárias correspondentes ao período em excesso.

**Art. 12.** A comprovação de diárias fará parte integrante do mesmo processo de concessão e constará: bilhete de passagem; declaração do chefe de transporte quando o deslocamento ocorrer com carro oficial ou Certidão do escrivão da comarca visitada quando ocorrer deslocamento de juiz nas comarcas do interior, em condução própria.

**Art. 13.** O prazo para prestação de contas das diárias concedidas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da data do retorno, quando o Magistrado ou servidor exercer suas funções na capital, e 10 (dez) dias úteis para os lotados no interior.

**Art. 14.** O não cumprimento por parte do Magistrado ou servidor do prazo estabelecido no parágrafo anterior, implicará o lançamento do débito na respectiva folha de pagamento.

**Art. 15.** Serão restituídas pelo Magistrado ou servidor em 05 (cinco) dias, contados da data do retorno à sede originária do serviço, as diárias recebidas em excesso.

**Art. 16.** Quando por qualquer circunstância não for realizada a viagem, o Magistrado ou servidor deverá restituir integralmente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data da concessão, o valor das diárias recebidas.

**Art. 17.** A reposição será considerada "Receita do Estado" quando efetivada após o encerramento do exercício financeiro em que se realizou o pagamento.

**Art. 18.** A reposição de importância correspondente às diárias, nos casos previstos nesta Resolução, e dentro do mesmo exercício financeiro, ocasionará, após o recolhimento à conta bancária de origem, a reversão do respectivo crédito à dotação orçamentária própria.



Poder Judiciário do Estado de Rondônia  
Gabinete da Presidência

---

~~Art. 19.~~ Os deslocamentos fora do Estado, terão seus valores acrescidos em 100% (cem por cento).

~~Art. 20.~~ Fica incumbida a Assessoria de Controle Interno a acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento desta resolução, bem como baixar instruções normativas, visando o melhor desempenho de controle.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça, em Porto Velho, 03 de janeiro de 1989.

Des. **ALDO ALBERTO CASTANHEIRA SILVA**  
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 001/89**

**ANEXO I**



**Poder Judiciário do Estado de Rondônia**  
**Gabinete da Presidência**

---

<b>CARGOS – EMPREGOS - FUNÇÕES</b>	<b>VALOR DA DIÁRIA</b>
Desembargadores.....	1/30 avos do salário base +representação
Juiz de 3ª Entrância .....	1/30 avos do salário base + representação
Juiz de 2ª Entrância .....	1/30 avos do salário base + representação
Juiz de 1ª Entrância .....	1/30 avos do salário base + representação
Diretor Geral da Secretaria	100% (cem por cento) da diária do Juiz de 1ª Entrância
DAS-3	90% (noventa por cento) da diária do Juiz de 1ª Entrância
DAS-2	80% (oitenta por cento) da diária do Juiz de 1ª Entrância
DAS-1	60% (sessenta por cento) da diária do Juiz de 1ª Entrância
DAÍ I e Nível Superior	50% (cinquenta por cento) da diária do Juiz de 1ª Entrância
Nível Médio	45% (quarenta e cinco por cento) da diária do Juiz de 1ª Entrância